



# Estudo sobre o impacto da pandemia de COVID-19 nas regiões ultraperiféricas (RUP)

## Sumário

# Sumário

## Introdução

A dinâmica futura da pandemia da COVID-19 continua incerta devido à natureza da sua evolução (novas ondas de infeção ou as já atualmente em curso, novas restrições, novas variantes, eficácia e concretização da vacinação). A extensão total do impacto da crise nas regiões ultraperiféricas (RUP) e das políticas e medidas de apoio relacionadas não é ainda totalmente perceptível. Este relatório proporciona uma imagem preliminar dos impactos socioeconómicos da COVID-19 nas RUP. Para tal, apresenta uma visão geral sobre as repercussões sanitárias, económicas e sociais da pandemia nas RUP, avalia os fatores que moldaram estes impactos (Tarefa 1), e apresenta recomendações para medidas de recuperação e fortalecimento da resiliência (Tarefa 2).

Este estudo foi encomendado pela DG REGIO, Comissão Europeia (CE) e realizado entre Dezembro de 2020 e Setembro de 2021 por um consórcio liderado pela Ecorys. As conclusões e recomendações apresentadas baseiam-se em: **estatísticas** dos principais indicadores socioeconómicos (por exemplo, PIB, estatísticas de emprego e setoriais); **revisão bibliográfica** (por exemplo, relatórios sobre os efeitos da COVID-19 nas RUP); **80 entrevistas** (74 entrevistas com atores locais das RUP e seis com diferentes serviços da CE); **quatro workshops** com representantes das administrações das RUP, organizações industriais e organizações não-governamentais (ONGs).

## A situação prévia à pandemia da COVID-19

Antes de avaliar as repercussões da crise da COVID-19 sobre as nove RUP, é essencial observar a situação pré-pandémica. **Todas as regiões ultraperiféricas** têm apresentado níveis de PIB *per capita* (PPC) **inferiores à média da UE e à média dos seus respetivos Estados Membros**<sup>1</sup>. A diferença entre o PIB *per capita* dos Estados Membros e das RUP é particularmente evidente nas regiões ultraperiféricas francesas<sup>2</sup>. Antes da pandemia da COVID-19, todas as **regiões ultraperiféricas tinham níveis de desemprego superiores aos dos seus respetivos Estados Membros e à média da UE**. O mesmo ocorria ao **nível do desemprego de longo prazo. O desemprego juvenil era elevado em todas as RUP** para as quais há dados disponíveis (todas exceto os Açores e a Madeira). Em 2019, enquanto a média da UE era de aproximadamente 15%<sup>3</sup>, as taxas de desemprego juvenil nas ilhas Canárias e na maioria das RUP francesas encontravam-se acima de 40%, e até de 50%, em alguns casos. Assim, quando comparadas com o território continental da UE, as RUP estavam já numa posição desfavorável antes do início da pandemia da COVID-19.

## Impacto sanitário

---

<sup>1</sup> A Paridade de Poder de Compra Padrão, ou PPS é o termo técnico utilizado pelo Eurostat para a moeda comum em que os agregados das contas nacionais são expressos quando ajustadas as diferenças de nível de preços utilizando o PPC (veja [aqui](#)).

<sup>2</sup> O Eurostat não fornece dados para São Martinho, portanto os gráficos desta seção não contêm dados comparáveis para esta região; no entanto, com base no número limitado de estimativas disponíveis através do INSEE e do IEDOM, as conclusões apresentadas são válidas para todas as RUP.

<sup>3</sup> Eurostat, Taxas de desemprego juvenil, UE27 e EA19, ajustadas sazonalmente, disponível em: [https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Unemployment\\_statistics#Youth\\_unemployment](https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Unemployment_statistics#Youth_unemployment) [Acesso: 22 de Setembro de 2021].

De um modo geral, as RUP passaram por uma primeira onda relativamente suave e uma segunda, terceira e - em alguns casos - quarta onda muito mais fortes (por exemplo, Guadalupe, Martinica e Reunião). Em Guadalupe, Martinica, Maiote, Guiana Francesa e São Martinho, o elevado número de casos da COVID-19 colocou as estruturas de cuidados de saúde sob grande pressão – os doentes foram transferidos para outras regiões e foi enviado pessoal de saúde da França continental para prestar apoio. Em geral, os sistemas de saúde das RUP estão num estado frágil e não têm capacidade para gerir um aumento do número de pacientes, particularmente nas RUP francesas, que também são confrontadas com repetidos surtos de dengue. Em todas as RUP francesas, a taxa de vacinação é muito mais baixa comparativamente à da França continental, enquanto que nos Açores, na Madeira e nas ilhas Canárias, a vacinação progrediu de forma favorável. O dinamismo dos dados de casos da COVID-19 mostra que a situação nestas regiões se pode agravar com alguma rapidez, pelo que deve ser acompanhada de perto.

## Impacto económico

As economias das RUP **sofreram consequências significativas** após a introdução da primeira ronda de medidas restritivas em Março de 2020. Nas ilhas Canárias, o PIB diminuiu 20% em 2020, enquanto em Espanha a diminuição estimada foi de 10,8%<sup>4</sup>. As RUP portuguesas também estão a registar uma retoma mais lenta da atividade económica, comparativamente à média portuguesa. Em Dezembro de 2020, a variação do índice de atividade económica em relação ao mesmo mês de 2019 foi de -2,5 nos Açores e -3,5 na Madeira, quando a média nacional foi de -1,2. A atividade económica nas RUP francesas diminuiu entre 18 a 28% no período de Março a Maio de 2020<sup>5</sup>, enquanto que em França a maior queda no PIB foi de 18,6%, observada no segundo trimestre de 2020<sup>6</sup>.

A disponibilidade de projeções macroeconómicas robustas para as RUP é limitada, o que dificulta as previsões de recuperação. No entanto, **os dados existentes sugerem que a maioria das RUP recuperará mais lentamente face às médias macroeconómicas nacionais**. O índice do PIB das ilhas Canárias encontra-se em tendência de recuperação, mas devido à elevada retração económica no primeiro semestre de 2020, permaneceu perto de 10% mais baixo do que o índice nacional no primeiro trimestre de 2021, apesar da convergência observada antes da pandemia da COVID-19<sup>7</sup>. Se considerada a variação da atividade económica relativamente ao ano anterior, **a recuperação em Portugal (12 pontos acima do índice de referência em Abril de 2021) como um todo parece ser mais rápida quando comparada à dos Açores (1 ponto acima do índice de referência em Abril de 2021) e à da Madeira (7,3 pontos acima do índice de referência em Abril de 2021)**<sup>8</sup>. Com base nos indicadores de clima empresarial, quando todas as RUP francesas apresentavam trajetória de recuperação em 2020, **Guadalupe, a Guiana Francesa e Martinica recuperavam de forma claramente mais lenta do que a taxa nacional** até ao terceiro trimestre de 2020.

**O setor do turismo está entre os mais afetados pela crise da COVID-19 em todas as RUP** e ainda não recuperou desde a primeira onda de casos no segundo trimestre de 2020. A informação disponível indica que o número de turistas diminuiu em aproximadamente 70% em 2019 e 2020 em todas as RUP. A supressão da atividade turística devido à pandemia tem

<sup>4</sup> Fonte: Instituto Canario de Estadística e Eurostat (código online TEC00115)

<sup>5</sup> CEROM - Comptes Economiques Rapides pour l'Outre-mer

<sup>6</sup> Note-se que as comparações entre as médias francesas das RUP e as médias nacionais são arbitrárias, pois os números disponíveis para as RUP francesas dizem respeito à atividade económica entre Março-Maio de 2020 e às previsões do PIB, enquanto que para a França estão disponíveis dados do Eurostat sobre o PIB real.

<sup>7</sup> Gobierno de Canarias (2021). Informe de seguimiento del impacto económico del COVID-19. Julho de 2021. Disponível em: [https://www.gobiernodecanarias.org/cmsweb/export/sites/economia/galeria/Galeria\\_politica\\_economica\\_2/Informe-de-seguimiento-impacto-covid-19\\_Julio-2021.pdf](https://www.gobiernodecanarias.org/cmsweb/export/sites/economia/galeria/Galeria_politica_economica_2/Informe-de-seguimiento-impacto-covid-19_Julio-2021.pdf) [16.09.2021].

<sup>8</sup> Dados do SREA, DREM e INE

sido significativa tanto nas RUP como nos seus respetivos Estados Membros continentais. Contudo, a maioria das RUP dependem mais das atividades turísticas do que os seus Estados Membros (ilhas Canárias, Martinica, São Martinho, Guadalupe, Guiana Francesa, Açores, Madeira) e, por esse motivo, o impacto negativo sobre as suas economias (muito menores) é, proporcionalmente, muito maior.

As medidas que restringem a mobilidade dos turistas também tiveram **um impacto negativo no setor dos transportes, tanto aéreo como marítimo**. Em termos de **tráfego aéreo de passageiros**, várias companhias aéreas tiveram que reduzir a frequência dos seus vôos. Esta redução fez diminuir a faturação das companhias aéreas e dos aeroportos. As companhias aéreas sediadas nas RUP têm enfrentado dificuldades financeiras significativas, não podendo reivindicar o mesmo nível de apoio disponível para as transportadoras nacionais. O transporte marítimo sofreu um impacto semelhante. Além disso, o **preço do transporte marítimo aumentou consideravelmente** devido ao aumento do comércio digital e da constituição de *stocks*, o que, considerando as suas localizações geográficas, coloca as RUP numa posição muito desvantajosa.

Ainda que existam dificuldades significativas na pesquisa de dados sobre a dimensão do setor cultural nas economias das RUP e do impacto da pandemia da COVID-19, o **setor criativo parece ter sido um dos mais atingidos pelos bloqueios e restrições** resultantes da pandemia. Por exemplo, nas ilhas Canárias, o setor cultural - que representa um total de 26.500 empregos diretos e indiretos (quase 3% do emprego total)<sup>9</sup> - ficou completamente paralisado.

Devido ao encerramento de lojas, o setor do retalho **sofreu um choque económico significativo** (uma redução de até 70% na atividade económica), particularmente nos primeiros meses da pandemia. As vendas de produtos não-alimentares e automóveis sofreram uma queda particularmente acentuada. Em geral, **o impacto registado no setor do retalho foi mais severo nas RUP que nos seus Estados Membros continentais**.

A **súbita interrupção da atividade de construção devido às medidas de restrição da COVID-19, e a consequente queda nos investimentos**, levou a uma diminuição do desempenho económico deste setor em todas as RUP de Março a Maio de 2020. Esta situação foi particularmente notória em Guadalupe, onde o setor está entre os principais contribuintes para o PIB e o peso do setor na economia é maior do que o da França continental. Ainda assim, os dados disponíveis indicam que o setor recuperou rapidamente e não apresentou um declínio significativo.

**O setor agrícola sofreu uma queda na produção económica nos primeiros meses da pandemia** (Março-Abril de 2020), mas que não foi tão pronunciada como nos setores já analisados. Com base nos dados disponíveis, foi provavelmente o setor agrícola dos Açores (que tem o maior peso na economia em comparação com as outras RUP) o que sofreu a maior contração da produção económica comparativamente às outras RUP.

## Impacto social

---

<sup>9</sup> BOC, 2020/111. Viernes 5 de junio de 2020 - Anuncio1750 (gobiernodecanarias.org)

**O impacto total da COVID-19 sobre o emprego ainda é desconhecido**, e provavelmente só será claro quando as medidas de compensação terminarem e forem disponibilizadas estatísticas robustas. No entanto, em algumas RUP (ilhas Canárias e Madeira) a pandemia teve **efeitos negativos notáveis sobre o emprego global em 2020**.

A **taxa de desemprego nas ilhas Canárias aumentou de 18,8% no quarto trimestre de 2019 para 25,2% no quarto trimestre de 2020**<sup>10</sup>, enquanto na Madeira, a pandemia inverteu a queda na taxa de desemprego observada desde 2015 (em 2019 a taxa de desemprego era de 7,1%, mas atingiu 8,1% em 2020). Em ambas as RUP estes efeitos foram mais pronunciados do que a nível nacional. Ao mesmo tempo, nos Açores, as medidas de apoio implementadas pelas autoridades regionais e nacionais impediram um colapso imediato do emprego e, portanto, ajudaram a mitigar o impacto social da COVID-19. **Em 2020, a taxa de desemprego nos Açores foi ligeiramente inferior à de Portugal** (6,1% contra 6,8%), face aos 7,9% registados em 2019<sup>11</sup>. Do mesmo modo, as medidas colocadas em prática nas RUP francesas (ou seja, compensação por desemprego parcial, subsídio de desemprego, facilitação do acesso à formação) atenuaram parcialmente o impacto imediato dos encerramentos sobre o desemprego. **As RUP francesas registaram uma diminuição das taxas de desemprego em 2020 comparativamente a 2019** (não há dados disponíveis para São Martinho). Tal deve-se principalmente à grande dimensão do setor da administração pública nestas regiões. No entanto, a dimensão da economia informal em muitas RUP torna difícil estimar com precisão o número de pessoas que perderam o emprego em consequência da pandemia da COVID-19.

As estatísticas de desemprego agregado podem ocultar **impactos desproporcionais sobre grupos vulneráveis**. Por exemplo, em São Martinho, **os candidatos a emprego mais jovens (com menos de 25 anos) foram desproporcionalmente afetados** pela pandemia, já que o desemprego nessa população aumentou quase 20%<sup>12</sup>. Na Madeira, considerando o total de pessoas à procura de emprego em Janeiro de 2019 e em Janeiro de 2021, **a taxa de desemprego das pessoas com menos de 25 anos de idade aumentou de 11,7% para 12,5%**. Nas ilhas Canárias, **o impacto sobre os jovens com idade entre os 15 e os 24 anos, foi particularmente alto** - a taxa de desemprego aumentou de 42% para 52% entre 2019 e 2020. Nas RUP francesas, **a taxa de desemprego juvenil permaneceu mais alta do que a média nacional e da União Europeia**, embora também se tenha registado um decréscimo na taxa de desemprego juvenil na Reunião, Guadalupe e Martinica.

A taxa de **jovens que não estudam, não trabalham e não frequentam formação (NEET) está a atingir ou a manter níveis alarmantes nas RUP**. Em todas as RUP, as taxas de NEET são mais elevadas que na UE (13,7% em 2020) e que as médias nacionais. Embora as taxas de NEET (15 a 29 anos de idade) nas RUP francesas não se tenham alterado significativamente devido à crise da COVID-19, mantiveram-se extremamente altas em 2020 - entre 23% na Martinica e 40% na Guiana Francesa<sup>13</sup>. As taxas NEET nas ilhas Canárias aumentaram 3,3 pontos percentuais, chegando aos 23,2%. Na Madeira, o aumento da taxa de NEET entre 2019 (12,4%) e 2020 (16,7%) foi particularmente alto – na ordem dos 4,3 pontos percentuais. Esses dados mostram que, **nas RUP, os jovens estão numa posição muito complicada, o que foi agravado pela pandemia da COVID-19**.

Relativamente a outros efeitos sociais, a pandemia teve **um efeito disruptivo sobre a educação em idade escolar** nas RUP devido ao encerramento de escolas. Na maioria das RUP, os efeitos diretos da pandemia da COVID-19 sobre a pobreza ainda não são

<sup>10</sup> Viceconsejería de Economía de las Islas Canarias.

<sup>11</sup> Eurostat: Taxas de desemprego por sexo, idade, nível de escolaridade e regiões NUTS 2 (%). Código: lfst\_r\_lfu3rt. Extraído em 13 de Julho de 2021.

<sup>12</sup> Bilan 2020 du Marché du travail à Saint Martin

<sup>13</sup> Eurostat, Jovens não empregados nem em educação ou formação por sexo e regiões NUTS 2 (taxas NEET), código online: edat\_lfse\_22, extraído em 22 de Setembro de 2021.

quantificáveis, mas foram assinalados por vários interlocutores. **Desde o início da COVID-19, os fluxos migratórios aumentaram** em Maiote, na Guiana Francesa e nas ilhas Canárias, o que se deve, em grande parte, ao seu sucesso relativo na gestão da pandemia comparativamente a alguns países vizinhos.

Medidas implementadas **Identificaram-se um total de 345 medidas direcionadas para os efeitos económicos, sociais e sanitários.** A maioria das medidas consiste em formas de apoio ao setor público ou privado usado para orientar a dotação estratégica de fundos europeus, nacionais e regionais, de modo a mitigar os efeitos adversos da pandemia. Os três tipos de medidas mais comuns identificadas até agora são as subvenções (99), os empréstimos e financiamento de capital (52) e os subsídios (41). As medidas de curto prazo (que duram menos de dois anos) são a forma predominante de apoio, constituindo 273 do total. Comparativamente, as medidas de longo prazo (aquelas que se estendem por mais de cinco anos) são reduzidas, correspondendo a um total de 41 medidas. As de médio prazo (duração média de 2-5 anos) são a modalidade menos comum, com um total de 30 medidas.

A grande variedade de medidas de apoio à economia e ao mercado de trabalho é percebida pelos *stakeholders* como **amplamente relevante** para enfrentar os impactos da pandemia a curto prazo, uma vez que foram projetadas para sustentar um número significativo de empresas e empregos. **No entanto, é ainda cedo para chegar a conclusões objetivas sobre os efeitos das medidas implementadas, devido à natureza evolutiva da pandemia.** Alguns aspetos chave que atualmente limitam uma avaliação conclusiva são a natureza evolutiva e de curto prazo das medidas, o tempo necessário para que estas iniciativas produzam pleno efeito, a disponibilidade de informações sobre programas e resultados recentes, e o grande número de medidas postas em prática. Contudo, **em termos de eficácia, o feedback dos entrevistados sobre a utilidade da maioria das medidas de apoio à economia e ao mercado de trabalho é amplamente positivo.** Em particular, **a rapidez e o amplo alcance com que a ajuda estatal** tem sido desbloqueada é avaliada positivamente pela maioria das autoridades regionais e demais partes envolvidas. O pacote REACT-EU e a Iniciativa de Investimento de Resposta ao Coronavírus (CRII), e a Iniciativa de Investimento de Resposta ao Coronavírus Plus (CRII+) tiveram um papel significativo no apoio aos Estados Membros para enfrentarem os desafios da pandemia.

**Contudo, a eficácia das medidas também enfrentou desafios.** A capacidade das autoridades regionais é um dos principais desafios relacionados com a implementação das medidas, o que influencia os seus resultados. Outras dificuldades observadas estão relacionadas com: o endividamento das empresas, que funciona como uma barreira para os pedidos de algumas modalidades de apoio; a incerteza quanto às perspetivas de recuperação pós-pandémica, o que motivou algumas empresas a "acumular" dinheiro de apoio que se destinava a gastos e investimentos imediatos; a escassez de pedidos de apoio à adaptação de empresas a longo prazo; a elevada prevalência da atividade económica informal nas RUP; e as dificuldades operacionais na solicitação de apoio.

## Oportunidades para aproveitar as medidas existentes

Cada RUP sofreu o impacto da pandemia de forma diferente, o que sublinha a necessidade de dar respostas à crise da COVID-19 adaptadas a cada RUP. Além das recomendações de novas medidas, os parágrafos seguintes resumem os principais tipos de medidas que merecem continuação e que podem ser desenvolvidas.

### **Apoio direcionado e justificado às PME**

Estão a ser utilizadas várias medidas e instrumentos de financiamento para salvaguardar a sobrevivência das empresas, incluindo as PME. Dado o impacto da pandemia sobre os operadores económicos e a recuperação incerta a curto prazo, é evidente que medidas específicas para apoiar o setor privado, em particular as PME, poderiam continuar - desde que de forma justificada.

### **Desenvolvimento de competências para a digitalização**

Imediatamente após o início da pandemia, um dos grandes desafios foi o de assegurar a continuidade da atividade, especialmente para os setores da saúde, educação e empresarial, o que foi conseguido principalmente através da digitalização. À medida que a situação evolui, é fundamental prosseguir as medidas relacionadas com o desenvolvimento de competências digitais para assegurar a transição digital. A digitalização poderia ajudar as RUP a superar a sua desvantagem geográfica e a fortalecer o acesso à educação digital, à assessoria empresarial e aos serviços governamentais oferecidos no continente.

### **Reforço do desempenho do sistema de saúde a longo prazo**

Dada a natureza da pandemia, foram tomadas várias medidas sanitárias, particularmente relacionadas com necessidades imediatas e de curto prazo. As disposições de emergência, por exemplo, podem fornecer o quadro jurídico e administrativo necessário para a rápida alocação de pessoal, capital e outros recursos necessários para o funcionamento eficaz dos hospitais. É fundamental fortalecer os sistemas de saúde para melhorar a capacidade das RUP em lidar com tais crises sanitárias, abordando questões de infraestrutura e de eficiência no setor da saúde.

### **Flexibilidade nas regras de ajuda estatal**

A flexibilidade temporária nas medidas de ajuda estatal implementadas durante a pandemia parece ter sido eficaz para enfrentar desafios críticos para a sociedade ao nível do bem-estar e do emprego. Este tipo de medida poderia continuar no curto prazo para assegurar a consolidação dos esforços mais amplos empreendidos até ao momento, à medida que a situação evolui e as economias recuperam. A médio prazo - garantindo o cumprimento do regime de auxílio estatal aplicável - seria útil considerar a possibilidade de centrar o apoio nas microempresas e as PME, combinando-o com apoio consultivo empresarial direcionado para encorajar a adaptação comportamental (flexibilidade e resiliência) ao "novo normal" pós-pandémico.

### **Medidas sociais destinadas à juventude, ao emprego e à redução da pobreza**

As medidas para apoiar alguns dos grupos mais vulneráveis da sociedade - crianças, jovens e desempregados - mantêm a sua relevância. A importância social destes grupos e o impacto desproporcional da pandemia sobre o seu bem-estar, faz com que seja particularmente importante manter-lhes o apoio durante a evolução da pandemia. As medidas centradas no apoio ao emprego e ao empreendedorismo dos jovens são de particular importância, já que estes continuam a ser reabsorvidos pela força de trabalho a um ritmo mais lento em comparação com os profissionais mais experientes.

### **Manter corredores de transporte vitais abertos**

Um número considerável de medidas de auxílio estatal foi concebido para apoiar as grandes companhias aéreas e o setor dos transportes devido às perturbações resultantes das medidas de resposta à pandemia adotadas em todo o mundo. O afastamento das RUP torna os corredores de transporte particularmente importantes - para a circulação de nacionais e turistas e para manter as cadeias de abastecimento em funcionamento. No entanto, ao nível nacional, deveria haver um maior foco nas redes e operadores de transporte mais granulares e localizados, que são vitais para as RUP.

## **Abordar riscos energéticos e promover a independência energética: investir em fontes de energia fiáveis e renováveis**

A pandemia tem aumentado a dependência das atividades digitais, que por sua vez necessitam de energia, o que vem valorizar a capacidade de produção de eletricidade a partir de fontes resilientes e renováveis. Um exemplo promissor de medidas nessa direção resulta do investimento de Portugal em esquemas de subsídios e empréstimos para projetos nos Açores e na Madeira que abordam os desafios da produção e dos sistemas de armazenamento de energia renovável, entre outras áreas relacionadas. Estes investimentos voltados para o futuro podem ser usados como forma de inspirar outras regiões a empreender iniciativas semelhantes.

## **Medidas específicas de apoio à recuperação sustentável, ao crescimento e à resiliência**

**As RUP não foram afetadas uniformemente, pelo que o impacto a médio e longo prazo variará significativamente entre elas.** Assim, as escolhas feitas ao nível nacional, regional e local determinarão em grande parte o percurso da transição e da recuperação, assim como o progresso rumo a um futuro mais resiliente. Os parágrafos que se seguem resumem de forma generalizada algumas medidas possíveis, com base nos padrões e semelhanças existentes entre as RUP.

### **Investir na eficácia do setor público - alimentando a confiança dos cidadãos**

A pandemia tem realçado e testado o papel crítico da governação pública. Assim, muitas das recomendações específicas para as RUP focam desafios relacionados com a governação, tais como a reforma do setor público através da gestão das finanças públicas em Guadalupe, a redução da carga administrativa sobre os candidatos a apoio em São Martinho, ou a digitalização do setor público na Madeira e nos Açores. Relativamente a medidas mais abrangentes, identificam-se oportunidades relevantes em matéria de pleno acesso à informação sobre medidas do setor público, na monitorização do seu impacto, e na melhoria da capacidade de absorção dos governos/administrações regionais através de esforços direcionados para o desenvolvimento das suas competências.

### **Investir em planos de apoio ao emprego e programas de aprendizagem**

Os incentivos ao emprego, tais como os auxílios de Estado, os subsídios e a isenção de contribuições para a segurança social, têm sido particularmente relevantes para suportar uma rede de segurança adequada e que limite o desemprego. Estas medidas de emergência têm sido frequentemente implementadas em benefício dos jovens, cuja integração no mercado de trabalho continua relativamente baixa nas RUP. A médio e longo prazo, assim que os programas de apoio temporário vão sendo terminados, os incentivos ao emprego devem ser abordados com maior ênfase nas necessidades de longo prazo e numa visão de sustentabilidade.

### **Assegurar investimento de longo prazo na juventude: foco na retenção de empregos e em mecanismos de contratação**

Em geral, são necessárias intervenções mais amplas que associem planos de retenção de empregos, subsídios de contratação, desenvolvimento de competências e sistemas de educação informal, especialmente para os jovens. As recomendações ao nível das RUP incluem: o desenvolvimento das competências relacionadas com a digitalização, o empreendedorismo e as competências específicas de cada setor, entre outras. Isto inclui a melhoria da contratação ou mecanismos de apoio à retenção, ao mesmo tempo que se lida com deficiências de formação, por exemplo, na Guiana Francesa e nas ilhas Canárias; ampliar o alcance dos programas de formação existentes para jovens em São Martinho; e desenvolver ofertas apropriadas de formação profissional na Martinica.



## **Estratégias setoriais direcionadas para salvaguardar a resiliência regional das empresas e negócios**

Foram várias as medidas de apoio setorial tomadas durante a pandemia, a maioria focada no apoio à recuperação, por via de subvenções, empréstimos e subsídios. Embora seja evidente que uma abordagem integrada para melhorar o ambiente empresarial de forma mais ampla poderia beneficiar todas as regiões, há várias oportunidades setoriais específicas para melhorar a competitividade a longo prazo das RUP que poderiam ser exploradas e desenvolvidas através de medidas voltadas para o futuro. As estratégias setoriais recomendadas incluem o estímulo à tecnologia marinha e à I&D em bioeconomia na Madeira, no setor dos laticínios nos Açores, e no desenvolvimento e diversificação do turismo nos Açores, Reunião, Madeira, Martinica, e ilhas Canárias.

## **Reforçar a resiliência das empresas, apoiando modelos de negócio preparados para o futuro**

Como ficou evidenciado na análise das medidas, foram desenvolvidos vários mecanismos de financiamento, subsídios e subvenções para apoiar as empresas, com um enfoque especial nas PME. Nessa sequência, as políticas públicas poderiam dar um passo em frente e aumentar o foco no fortalecimento da capacidade, competência e resiliência das PME, além de promover a sua diversificação. Além disso, a elevada prevalência da atividade económica informal nas RUP exige estratégias personalizadas para alcançar o setor informal, promovendo a sua requalificação e incentivando a formalização da atividade empresarial. As políticas específicas com potencial para enfrentar estes desafios nas RUP incluem: facilitar o acesso ao crédito para empresários na Martinica; promover a visibilidade das oportunidades de financiamento da UE em São Martinho; e desenvolver estruturas para apoiar os negócios informais em Maiote.

## **Impulsionar a digitalização como uma oportunidade para enfrentar o distanciamento**

Medidas mais estruturadas e planeadas de transformação digital nas RUP podem apoiar a reforma do setor público, assim como a transformação de setores-chave, a transição dos negócios para modelos mais resilientes e o surgimento de novas oportunidades económicas ligadas aos serviços à distância. Assim sendo, algumas das recomendações mais importantes focam-se na melhoria do acesso doméstico a ferramentas digitais em Guadalupe e Martinica, a promoção de competências digitais e a digitalização de negócios em São Martinho, Guiana Francesa, Maiote e Reunião, e o apoio à digitalização do setor público nos Açores.

## **Aproveitar o impulso para a transição verde**

Ainda que várias medidas tenham sido tomadas para facilitar a transição verde, as políticas atuais ainda não apresentam um ênfase forte na transição verde a longo prazo nas intervenções económicas e em infraestruturas. Tal é fundamental para enfrentar desafios globais, tais como o desenvolvimento de estratégias de economia circular e azul nas RUP, e a expansão da geração local de energia renovável. Estas medidas poderiam apoiar as RUP na geração de mais oportunidades com base nas políticas nacionais e europeias, aumentando a resiliência, e reduzindo quer as emissões de carbono quer a dependência de combustíveis fósseis importados. Neste contexto, várias recomendações abordam as infraestruturas e oportunidades de energia renovável para as RUP, tais como a implementação de um projeto piloto de neutralidade energética nas ilhas Canárias, a melhoria da conectividade regional, e a aceleração da geração de energia a partir de fontes renováveis na Reunião.